

CFESS ManIFESTA

14ª Conferência Nacional de Assistência Social

Brasília (DF), 6 a 9 de dezembro de 2025

Gestão Que Nossas Vozes Ecoem Vida-Liberdade (2023-2026)

CFESS
CONSELHO FEDERAL
DE SERVIÇO SOCIAL

**ASSISTENTES SOCIAIS
NA CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA
DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**

20 ANOS SUAS

**É com luta do povo
brasileiro que a gente
pode construir um
sistema de Proteção
Social Universal!**



Em 2025, o tema da Conferência Nacional de Assistência Social é “20 anos do SUAS: construção, proteção social e resistência”, perpassando eixos que estruturariam a compreensão do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) que se pretende espelhar democraticamente para o terceiro plano decenal. E algumas perguntas precisam ser respondidas entre assistentes sociais, em sua diversidade, nos espaços de trabalho. Quem constrói o SUAS? Qual o seu papel no Sistema de Proteção Social brasileiro? O que faz esse Sistema de Proteção Social? O que a participação na conferência implica a nós, assistentes sociais? São respostas que manifestamos por meio de algumas reflexões sobre esse processo. **E chamamos a categoria a somar nesse espaço de controle social e de disputas pela defesa da democracia, para que nossas vozes ecoem vida-liberdade!**

Para construir a política de assistência social integral e de qualidade, na perspectiva da seguridade social ampliada (**conforme a Carta de Maceió “Seguridade Social Pública: é possível?”**, aprovada no Encontro Nacional do Conjunto CFESS-CRESS de 2000 e disponível no site CFESS), é necessário compreender o momento político e social que vivenciamos. Das disputas colocadas na perspectiva da política pública e na defesa necessária do financiamento, como também da **defesa das condições éticas e técnicas nos espaços sócio-ocupacionais** junto aos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro Pop, unidades de acolhimento, na efetivação de programas e benefícios e demais serviços oferecidos pela rede socioassistencial.

A política de assistência social é uma conquista histórica da sociedade brasileira, reconhecida no escopo da seguridade social, na Constituição Federal de 1988, como política pública. Direito social e responsabilidade do Estado, em contraposição às ofertas pontuais, pouco sistêmáticas, realizadas por instituições sob o viés da caridade e da benemerência, que historicamente permeou a área. A construção do SUAS advém da aprovação da Lei Orgânica de Assistência Social em 1993 e versa sobre um sistema descentralizado e participativo da assistência social, a ser implementado a partir do pacto federativo com responsabilidades dos governos municipais, estaduais e federal.

Porém, tem sido atravessada pelos direcionamentos do Estado neoliberal, que orientam a redução das ações estatais para o atendimento às necessidades sociais desde os anos 1990, o que limita a concretização dos direitos e conquistas asseguradas na Constituição Federal. Em decorrência disso, demarca-se que poucos

avanços puderam ser efetivados na década de 1990, na construção de um sistema público que materializasse a política de assistência social.

É somente nos anos 2000 que avançamos de fato com a organização do SUAS, que completou 20 anos recentemente. Trata-se de uma **conquista que deve ser celebrada, mas também nos impõe o necessário exercício da reflexão crítica dos limites e possibilidades que circundam sua efetivação**. É fato que conseguimos construir uma rede socioassistencial composta por unidades públicas e privadas que ofertam serviços e benefícios organizados, a partir dos níveis de proteção social básica e proteção social especial. As unidades estão situadas em territórios marcados pela desigualdade e constituem referências para indivíduos e famílias assoladas pelas diferentes expressões da questão social, que se manifestam na pobreza, na ausência de renda, de acesso aos serviços, nas diferentes violações de direitos, entre outras. São famílias que compõem o conjunto da classe trabalhadora, que vem sendo impactada pelas determinações do acirrado processo de acumulação capitalista, com sua concentração de riqueza nas mãos de pessoas super-ricas e sua busca incessante de lucros. **Essa classe trabalhadora atendida/acompanhada no âmbito dos serviços é marcadamente composta por mulheres negras, pessoas idosas, com deficiência, crianças e adolescentes, jovens, população LGBTQIA+, população em situação de rua, que sofrem de forma diferenciada os efeitos da desigualdade.**

Mas, apesar dos avanços, é preciso considerar os muitos percalços que têm se apresentado ao longo da sua construção. A **ausência de definição de um percentual para o financiamento do SUAS pelos entes federativos é um dos exemplos que fragiliza sobremaneira a expansão e qualificação dos serviços, a composição das equipes de referência, sua consolidação e a própria continuidade**. Há de se destacar que vivenciamos um longo período de desfinanciamento público das políticas sociais, principalmente a partir de 2016, com o golpe de Estado que destituiu a presidente Dilma Rousseff e possibilitou que governos reacionários impusessem à sociedade brasileira a negação e redução dos direitos sociais. Nesse mesmo ano, iniciava-se o II Plano Decenal da Assistência Social (2016-2026): “Proteção Social para todas(os) as(os) brasileiras(os)”, que teve suas bases construídas a partir das conferências e do amplo debate no controle social do SUAS e no qual o conteúdo expressa diretrizes, objetivos estratégicos e metas que refletem a necessidade de aprimoramento e fortalecimento do SUAS, em consonância com a diversidade e especificidades de públicos e territórios. **Decorridos**

Para construir a política de assistência social integral e de qualidade, na perspectiva da seguridade social ampliada, é necessário compreender o momento político e social que vivenciamos.



As expressões da “questão social”, que afetam a população de diferentes formas nas particularidades de um país de dimensões continentais, constituem o objeto de trabalho de assistentes sociais e atravessam diretamente a vida da população atendida no SUAS.



quase 10 anos, poucos avanços puderam ser visualizados, tendências históricas como o primeiro-damismo estiveram presentes nos governos reacionários, assim como o reforço à filantropia, ao familismo e à meritocracia. As disputas políticas se acirram em um contexto mundial de guerras e de hegemonia do capital financeiro, que se insere nas formas de comunicação e com crescimento de novas tecnologias.

Compreendemos que o atual governo federal, que foi eleito com a mobilização de muitas(os) trabalhadoras(es) do SUAS, é um governo de coalizão em nome da “governabilidade” e tem enfrentado constantes pressões do mercado, que ameaça a garantia de serviços e benefícios. O Congresso Nacional, em expressiva maioria conservador e de bases ultraneoliberais, reacende, por meio de narrativas, o ataque aos direitos de trabalhadoras(es) e de grupos específicos, com discursos moralistas e de ataques aos direitos sociais historicamente conquistados. Com um “Estado máximo ao capital e mínimo para a classe trabalhadora”, temos a crescente precarização do serviço público, a retirada de direitos e os constantes ataques a direitos historicamente conquistados.

Na esfera pública, o **novo arcabouço fiscal demonstra o cenário de constantes disputas**, em que o Brasil se torna palco de ataques às defesas constitucionais, inviáveis sem financiamento público estatal. Os **discursos de austeridade fiscal** vêm à tona, agregando escopo social e o mercado financeirizado **pressiona cada vez mais o desfinanciamento público**, a busca por superávits primários, a partir de mecanismos como a Desvinculação das Receitas da União (DRU).

Nesse contexto, a política de assistência social tem sido fortemente afetada pela redução dos recursos financeiros transferidos pelo governo federal, o que acarreta dificuldade na execução de serviços nos municípios. O cenário dos últimos anos, assolado pela pandemia e por eventos climáticos e ambientais, aumentou a desigualdade e a miserabilidade da população, causando intensa deterioração das condições de vida, em um momento em que era necessário aumentar a oferta dos serviços socioassistenciais.

A **lógica do Estado fiscal coaduna com uma tendência fiscalizatória e punitivista de controle da pobreza no acesso aos benefícios sociais**. Como exemplo, podemos citar os ataques ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) e a imposição de ações de verificação e averigua-

ção no acesso e permanência da transferência de renda pelos programas sociais, o que reflete um caráter de fiscalização no que deveria ser a defesa universal de uma renda mínima de cidadania. Em paralelo, a renda das pessoas mais ricas só aumenta.

As medidas têm gerado necessidade de constantes atualizações no Cadastro Único, com o argumento de que a garantia do sistema informatizado e facilidade de acesso garante “que quem mais precisa” tenha acesso a direitos e reforça esse como importante instrumento de acesso aos programas sociais. Das reflexões que o Serviço Social brasileiro tem acumulado, destacamos que o instrumento, por si só, não alcança as práticas necessárias para enfrentamento das realidades de vazios e de ausência de direitos. Além disso, compreende-se que suas constantes atualizações também se inserem num cenário em disputas, pela austeridade fiscal, portanto, é fundamental oportunizar os acessos democráticos, superando lógicas ‘punitivistas’ e de controle.

Ainda, cabe destacar que os processos de cadastramento e atualização cadastral não estão no escopo dos serviços socioassistenciais, mas são realizados, em sua maioria, nos CRAS. Essa realidade impõe um duplo desafio para o SUAS. O primeiro é o deslocamento da afirmação da identidade de um sistema protetivo e garantidor direitos, responsável por afiançar asseguranças de acolhida, convívio, renda e desenvolvimento da autonomia, para um SUAS que fiscaliza e impõe limites no acesso a direitos. O segundo envolve diretamente o cotidiano do trabalho de profissionais que compõem as equipes de referência dos serviços, que constantemente são requisitadas/os a realizar visitas domiciliares de averiguação cadastral, o que demarca não só o desvio de suas funções do trabalho social com famílias, como uma postura de “agentes fiscalizadores(es) da pobreza”.

As expressões da “questão social”, que afetam a população de diferentes formas nas particularidades de um país de dimensões continentais, constituem o objeto de trabalho de assistentes sociais e atravessam diretamente a vida da população atendida no SUAS. Assim, é preciso refletir criticamente sobre as ações profissionais e construir aprendizados cotidianos na defesa do projeto ético-político.

Os rebatimentos nas condições objetivas do trabalho são inúmeros e são atravessados por baixos salários, contratações temporárias, assédio moral, precarização dos vínculos. Nas condições subjetivas, lembramos a imposição de requisições institucionais que expõem as(os) profissionais ao assédio moral e às situações vexatórias, que não condizem com as defesas previstas em nosso código de ética. E



» exigem respostas qualificadas e comprometidas com a justiça social.

Nesse cenário, cabe rememorar as eleições municipais ocorridas em 2024. Foi grande o número de lideranças conservadoras e grupos políticos declarados autoritários que foram eleitos, em detrimento das candidaturas populares. Em todas as regiões do país, grupos à direita e com pouca representatividade e diversidade social, além de crescentes religiosos e dogmáticos, assumiram o campo político-governamental, colocando em risco a laicidade do Estado.

A vida da classe trabalhadora é atravessada por todas as violências do capitalismo, que estão presentes no cotidiano dos territórios e no seu tempo de vida capturado pelas necessidades objetivas. Assim, inúmeras(os) trabalhadoras(es) que são atendidas(os) no SUAS possuem jornadas de trabalho cada vez mais extensas e/ou estão inseridas(os) em trabalhos cada vez mais precarizadas(os), informais e sem garantias de proteção. Isso dificulta sua participação nas atividades de convivência e fortalecimento de vínculos, a presença constante para a atualização cadastral e o acesso às demais ações e provisão de serviços e benefícios que assegurem o atendimento das suas demandas e necessidades a partir dasseguranças socioassistenciais. Por isso, é importante estarmos em atenção sobre o cenário político presente, para construir um SUAS à luz da realidade brasileira.

Nesse cenário, como assistentes sociais, nos somamos às mobilizações construídas a partir de movimentos sociais que fazem resistências e denúncias contra os retrocessos e o avanço nefasto do capital financeiro. Há luta e resistência em defesa de um novo projeto de sociedade. Citamos a mobilização de garantia de 1% da Receita Corrente Líquida para financiamento do SUAS, por meio da aprovação do PL 383/2017. Cabe também reforçar o apoio ao Movi-

mento Vida Além do Trabalho (VAT), que exige o fim da escala 6x1. A importância do movimento “sem anistia para golpista, ditadura nunca mais!” na denúncia dos ataques contra as instituições democráticas, do julgamento histórico e memorável do inominável. Ressalta-se ainda a necessidade de nos somarmos à luta pela **taxação de bilionários** e bilionárias, discutidas pelos fóruns, entidades profissionais, movimentos sociais e sindicais, que estão construindo espaços de diálogos, atos públicos, plebiscito popular, trincheiras necessárias para que a classe trabalhadora possa ter condições melhores de vida. Tal contexto anuncia o que será o **processo eleitoral em 2026 e, com ele, a necessária defesa do Sistema de Proteção Social que queremos, na perspectiva de uma seguridade social ampliada**.

O momento exige coragem e firmeza na defesa radical do projeto construído pelo Serviço Social brasileiro nos últimos anos. É essa direção que o Conjunto CFESS-CRESS tem trilhado: **não se furtando de realizar as críticas e autocríticas necessárias para seguirmos fazendo as costuras da vida que estes tempos exigem**. Com afeto, leveza, posição, poesia, ternura e compromissadas(os) com a direção teórico-política defendida historicamente e coletivamente pela profissão, temos dialogado com assistentes sociais dos diversos cantos do país, articulando estratégias coletivas, ecoando nossas vozes por vida-liberdade e reafirmando que o Serviço Social é uma profissão necessária para o Brasil. Somos assistentes sociais e nossas bandeiras pulsam liberdade!



Nossa singela lembrança a quem contribuiu para a construção do SUAS!

Em 2023, o Serviço Social brasileiro perdeu **Simone Albuquerque**,

defensora histórica da LOAS e do SUAS. Ela faleceu aos 60 anos.

Em 2025, perdemos **Bruno Alves Chaves**, 34 anos, assistente social da política de assistência social, defensor a cidadania e a dignidade para povos originários. Seu trabalho consultivo e operacional junto ao povo Yanomami tornou-se uma referência nacional e internacional sobre como articular políticas assistenciais e intersetoriais em defesa dessas populações.



Gestão 2023-2026
Que nossas vozes ecoem
vida-liberdade

Presidenta: Kelly Rodrigues Melatti (SP)
Vice-presidenta: Marciângela Gonçalves (AL)
1ª Secretária: Emily Marques (ES)
2ª Secretária: Alana Barbosa Rodrigues (TO)
1º Tesoureiro: Agnaldo Engel Knevitz (RS)
2º Tesoureiro: Larissa Gentil Lima (MT)

CONSELHO FISCAL
Jussara de Lima Ferreira (RJ)
Angelita Rangel Ferreira (MG)
Elaine Amazonas Alves dos Santos (BA)

SUPLENTES
Ubiratan de Souza Dias Junior (SP)
Mirla Cisne Álvaro (RN)
Karen Albini (PR)
Tales Willyan Fornazier Moreira (MG)
Adriana Soares Dutra (RJ)
Iara Vanessa Fraga de Santana (CE)
Raquel Ferreira Crespo de Alvarenga (PB)

CFESS MANIFESTA
14ª Conferência Nacional de Assistência Social
Conteúdo (aprovado pela diretoria):
Karen Albini, Jucileide Ferreira do Nascimento, Leonardo Koury Teresa Cristina Moura Costa e Martha Aragão
Organização: Comunicação CFESS
Arte e diagramação: Rafael Werkema (assessor de comunicação)
Revisão: Diogo Adjuto